



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA EM LARANJAL DO JARI



1. DADOS DA REUNIÃO:

Data: 12/04/2024	Início: 10:35h	Término: 13:03h	Local: Câmara Municipal de Laranjal do Jari
-------------------------	-----------------------	------------------------	--

2. PARTICIPANTES:

Nome	Cargo
Desembargador João Guilherme Lages Mendes	Presidente
Jucélio Fleury Neto	Juiz Membro
Thina Luiza D'Almeida Gomes dos Santos Sousa	Juíza Membro
Paulo César do Vale Madeira	Juiz Membro
Normandes Antônio de Sousa	Juiz Membro
Ariadne de Almeida Alencar Costa	Juíza Membro
Márcio Clay da Costa Serrão	Prefeito de Laranjal do Jari
Walcmir Ribeiro Fonseca	Presidente da Câmara Municipal de Laranjal do Jari

3. ASSUNTOS TRATADOS E DELIBERAÇÕES:

A **Mestre de Cerimônia**, servidora Mylene Lages, deu boas vidas aos presentes e informou que a audiência pública está sendo transmitida pelo canal do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, no YouTube. Em seguida esclareceu que o objetivo da audiência é ouvir cidadãs e cidadãos do Município, para fomentar o debate e a participação popular na intenção da melhoria do processo de votação nas Eleições de 2024 e também o fomento da participação feminina e das minorias nos espaços de poder, além da apresentação de demandas sociais, que serão posteriormente encaminhadas aos Órgãos responsáveis. Em seguida, repassou aos presentes as regras para a audiência, como a necessidade de levantar a mão, informar o nome e se dirigir à tribuna para externar suas demandas. Na sequência apresentou a composição da mesa e registrou a presença do Vereador Zeca Pavão. Por fim, passou a palavra ao Presidente, Desembargador João Lages.

O **Presidente** iniciou sua manifestação dando boas vidas aos presentes, em especial ao Vereador Zeca Pavão. Informou que os Prefeitos de Laranjal do Jari e Vitória do Jari estão a caminho, mas há a necessidade de dar início à audiência, em virtude do atraso para o início, ocorrido em virtude do contratempo do deslocamento. Agradeceu às cidadãs e cidadãos que atenderam ao chamado da Justiça Eleitoral e em seguida apresentou cada um dos Membros que compõem a mesa. Informou que o objetivo da audiência é ouvir as demandas da comunidade, relacionadas às Eleições Municipais de 2024 e enfatizou a necessidade da cota feminina e racial nas eleições. Esclareceu que o Tribunal está preparado para as eleições, mas é importante ouvir a população, para que se possa aprimorar os procedimentos para o pleito que, em sua opinião, será o mais difícil a ser conduzido nos últimos anos. Acrescentou que algumas demandas apresentadas em outras audiências não tinham correlação com as atribuições da Justiça Eleitoral, mas estas são devidamente registradas em ata, que após será transformada em processo, encaminhada aos Órgãos competentes, posteriormente será cobrada a solução dos problemas e a apresentação da prestação de contas à comunidade. Em seguida apresentou o Diretor-Geral do TRE-AP, servidor Francisco Valentim Maia, para o qual solicitou uma salva de palmas, registrando ser o responsável pela realização das ações itinerantes. Em seguida abriu a palavra aos interessados.

Dando continuidade, a **Mestre de Cerimônia** informou que na data de ontem (11/04), na Sede do Cartório da 7ª Zona Eleitoral, estiveram reunidos com a Vice-Diretora da Escola Judiciária Eleitoral, a Juíza Ariadne Alencar, algumas lideranças locais e na oportunidade foram apresentadas demandas gerais, que serão apresentadas. Aproveitando a oportunidade, agradeceu à Professora do IFAP, Sr.ª Tatiana Costa, que selecionou alunos da instituição, para expor suas demandas. Em seguida, a Mestre de Cerimônia chamou cada um dos interessados a se dirigir à Tribuna.

1. Danielly Cristina Silva de Oliveira dos Santos

A cidadã acima identificada iniciou sua manifestação, informando que é Secretária da Juventude do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar. Pontuou a importância da participação dos jovens da zona rural e urbana nas políticas públicas, tanto na assistência como para a educação. Informou que há uma Coordenadoria de Juventude para dar o suporte, porém não tem estrutura para alcançar a juventude do campo. Solicitou a criação de um mecanismo para abranger os jovens da zona rural, para participação nos eventos, como nesta audiência pública. Salientou que os jovens das comunidades de Padaria, Iratapuru, Quilombo São José e Cajari possuem demandas a apresentar, mas as informações chegam atrasadas à comunidade, há dificuldade no transporte desses jovens, o que acarreta que tais demandas acabam por não ser

apresentadas. Para essa demanda, o Des. **João Lages**, esclareceu que da próxima vez o convite será divulgado com maior antecedência e o Tribunal adotará meios para trazer esses jovens para a audiência pública. Adiantou que o TRE irá analisar a possibilidade de realizar audiência pública dentro dessas comunidades e ouvir suas demandas. Em seguida, a Sr.^a Danielly convidou o Sr. Patrick Gomes a continuar a explanação.

2. Patrick Gomes Batista

O cidadão informou que é estudante da Escola Família Agrícola do Pacuí, onde faz curso técnico de agropecuária. Apresentou como demanda a necessidade de implantação de uma Escola Família no Município de Laranjal do Jari, para atender a população jovem que reside na zona rural. Esclareceu que a Escola de São Joaquim do Pacuí recebe muitos estudantes de outras localidades, como Almerim, Vitória do Jari e Monte Dourado. Alguns jovens possuem o interesse de frequentar a Escola do Pacuí, mas devido à distância há a preocupação dos pais e também pelo fato dos jovens não terem interesse de se distanciar da família. Ressaltou que na Escola do Pacuí é introduzida a pedagogia da alternância, em que o jovem passa um período na escola e outro com a família. Tal implantação beneficiaria muitos jovens de localidades ao entorno de Laranjal do Jari, além de ajudar as famílias, pois teriam o conhecimento de técnicas que poderiam ser empregadas nas plantações e criações. O **Presidente** indagou se o Instituto Federal do Amapá – IFAP, que possui um campus em Laranjal do Jari não atenderia essa demanda. Para essa pergunta o Sr. Patrick respondeu positivamente. O Presidente esclareceu que o País, Estados e Municípios possuem problemas orçamentários, não sendo possível atender a todos os pedidos, mas afirmou que a demanda será encaminhada aos órgãos competentes. Acrescentou que há a possibilidade dessa demanda não ser atendida de imediato, em virtude de outras que poderão surgir ao longo da audiência e que se apresentem como mais urgentes. Informou que, através dos esforços dos Governos Federal, Estadual e Municipal, os Municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari desenvolveram bastante e exemplificou o fato de que em anos passados a Juíza Thina D’Almeida ter sido designada para Vitória do Jari, sem ter nem casa para morar. Em seguida, passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Walcimar Ribeiro Fonseca. O **Presidente da Câmara** iniciou sua manifestação esclarecendo que o anseio do cidadão em pedir a ajuda baseia-se no fato da ajuda do Tribunal de Justiça, que muito contribuiu com o desenvolvimento do Município. Esclareceu que Laranjal do Jari possui uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS, que é cuidada pelo poder municipal, mas não há contrapartida. A reserva dispõe de recursos, inclusive a escola pleiteada poderia ser implantada na sede da reserva, na Vila de Iratapuru. Na sua opinião, os recursos da RDS seriam suficientes para implantação da escola, sem a necessidade de acionar outros Órgãos. Em seguida, a pedido do Presidente, foi esclarecido que a RDS é administrada por um conselho composto por vários Órgãos, que se reúne com frequência para discussões sobre suas atividades e uma destas está relacionada à implantação da escola família. Sugeriu que o TRE se reunisse com o conselho para levantamento das dificuldades para a implantação da escola. Para essa questão, o Presidente solicitou o contato do Diretor da RDS, para encaminhamento da demanda. O Sr. **Patrick Gomes** continuou sua explanação, informando que no Município há a Fundação Jari, que possui pessoas formadas em Técnico de Florestas. Solicitou articulação para que os jovens residentes em Laranjal do Jari e proximidades continuem a ser transportados em um ônibus para o Pacuí pela referida Fundação. Ocorre que a Empresa Jari Celulose se encontra praticamente falida, o que acarreta a dificuldade da continuação desse transporte, que se dá de Laranjal do Jari diretamente para São Joaquim do Pacuí. Afirmou que a Fundação Jari efetua o pagamento ao motorista, que faz o transporte dos jovens. O **Presidente** afirmou que a demanda será encaminhada à empresa, porém lembrou que a Vale do Jari encontra-se em processo de liquidação. Agradeceu a participação do Sr. **Patrick Gomes** e frisou a importância de suas demandas. Em seguida, o Presidente solicitou ao Prefeito do Município que se manifestasse sobre a atual situação da Empresa Vale do Jari. O **Prefeito Márcio Serrão** explicou que houve uma reunião com integrantes do Banco BTG, que será um fiador que disponibilizará recursos à Empresa. Dia 24 haverá uma Assembleia com a participação do responsável da Empresa, onde haverá a discussão de um plano pré-aprovado pelo BNDES, que será o outro fomentador do retorno da Empresa Jari Celulose às atividades. Sendo aprovado o plano, o Banco BTG disponibilizará aproximadamente de 75 a 78 milhões de Reais para pagamento da dívida trabalhista e retomada das atividades. Dentro da retomada, o BTG avaliará a possibilidade de disponibilização de mais 320 a 340 milhões. Há um interesse de outros bancos de colocar a empresa em funcionamento, inclusive com a participação de outra empresa. Acrescentou que uma das dificuldades é o fato de se tratar de investimentos em uma fábrica velha. Há a preocupação da empresa vir a quebrar durante o processo de resgate, o que poderá acarretar em um problema ainda mais grave. Pontuou que a torcida é de que a nova equipe que está à frente do processo consiga retomar as atividades da empresa, sem interrupções. Acrescentou que a vantagem da Jari é que seu produto não estoca, sendo vendido o que é produzido e a venda é em dólar e euro. Outra vantagem é que a matéria prima está muito perto da fábrica. O **Presidente** acrescentou que a Empresa Vale do Jari é muito competitiva e sua atual situação foi devida à má administração. Ressaltou sua torcida para que as ações que estão sendo adotadas gerem resultados positivos. A Mestre de Cerimônia apresentou o próximo cidadão e pontuou que suas demandas se referem aos Bairros Sarney, Sagrado Coração de Jesus e Assentamento Nazaré Mineiro.

3. Moisés Moreira Batista

O Sr. **Moisés Moreira** informou ser o Presidente da Associação de Moradores e Produtores Rurais do Assentamento Nazaré Mineiro. Primeiramente manifestou a necessidade de expansão da rede elétrica, responsabilidade da CEA Equatorial e da melhoria da iluminação pública. Tais reivindicações são necessárias nos três bairros informados. Em relação ao Assentamento Nazaré Mineiro, do qual é Presidente, solicitou mais uma urna eletrônica, em virtude do número considerado de eleitores, aproximadamente novecentos, para apenas duas urnas. Para o referido assentamento, solicitou a instalação de mais poços, considerando que a comunidade dispõe de apenas dois e a expansão da rede hidráulica, em virtude das atividades agrícolas desenvolvidas. Solicitou o serviço de limpeza dos ramais e a instalação de lixeiras públicas. O **Presidente** agradeceu a participação do Sr. Moisés Moreira e afirmou que a demanda será encaminhada à CEA Equatorial. Com relação ao acréscimo de uma urna eletrônica, informou que foi comunicado da existência de novecentos eleitores para duas urnas. Pediu para o Sr. Moisés explicar com mais detalhes as dificuldades enfrentadas nas eleições. O Sr. **Moisés** esclareceu que para a eleição que ocorrerá no Assentamento, foram selecionadas 963 pessoas aptas a votar, sendo um número muito elevado para apenas duas urnas. O Des. João Lages acrescentou que foi repassada a situação de que, enquanto em alguns locais as filas acabam por volta das 15h, no assentamento elas permanecem depois das 17h. Sugeriu a possibilidade de remanejamento de urnas. Para essa questão o Diretor-Geral sugeriu que se aguarde o final do alistamento eleitoral no dia 08/05, oportunidade em que se terá uma visão atualizada da situação. O Presidente, em seguida, passou a palavra à Sr.^a Brenda, que havia levantado a mão para se manifestar. A Sr.^a **Brenda Batista Silva** esclareceu, no que se refere à demanda eleitoral do Sr. Moisés, que trabalhou no Assentamento Nazaré Mineiro na última eleição municipal e discordou do número de eleitores dentro do assentamento, informado pelo Sr. Moisés. Esclareceu que na última eleição votaram aproximadamente 300 eleitores. Tal divergência de números se deve à existência de muitos eleitores falecidos no caderno de votação. O **Presidente** agradeceu a contribuição da Sr.^a Brenda e esclareceu que muitas pessoas que trabalhavam na Empresa Jari, com a situação difícil da empresa, resolveram buscar trabalho em outras localidades. Indagou sobre a possibilidade de realização de Revisão Eleitoral. Porém, a Revisão Eleitoral é um processo complexo e que deve ser planejado com muita antecedência. Aproveitou a oportunidade para externar a preocupação do Prefeito de Vitória do Jari, em relação ao transporte de eleitores, pois os eleitores que foram em busca de emprego em outras localidades não serão transportados, o que poderá dar margem a conclusões de que poderá estar havendo direcionamento do transporte apenas para os eleitores do Prefeito. Na oportunidade, o **Juiz Jucélio Fleury**, usando da palavra, esclareceu que não é possível fazer revisão eleitoral antes do fechamento do cadastro. Existem as previsões no Código Eleitoral, que permitem a realização de Revisão Eleitoral, nas chamadas janelas de período revisional, que devem ser iniciadas e concluídas no semestre anterior à eleição. Esclareceu que existem três gatilhos que estabelecem os percentuais que permitem a realização de Revisão Eleitoral, que são transferências, novo alistamento e redução do quadro de eleitores. Para este ano, não será possível, pois a janela já fechou. O **Presidente** informou que aguardará o fechamento do cadastro para que se tenha uma visão da situação e adotar meios que evitem uma seção fechar os trabalhos às 15h enquanto outras ultrapassarem o horário normal. Na sequência, a Mestre de Cerimônias chamou os eleitores jovens do Instituto Federal do Amapá – IFAP, para apresentarem suas demandas.

4. Paulo Henrique Lobato da Silva

O aluno Paulo Henrique saudou todos os presentes, se apresentou e informou que é aluno do IFAP, onde cursa o Ensino Médio, integrado ao Curso de Informática. Mencionou que na véspera, servidores do TRE-AP foram ao IFAP e na oportunidade realizaram oficinas com os alunos, que culminou com a eleição das principais demandas dos alunos. Após a eleição, foi eleita a demanda “Esporte e Laser” como a principal reivindicação. afirmou que os jovens de Laranjal do Jari são bem incentivados à prática de atividades físicas, com ações da Secretaria de Esportes direcionadas aos jovens. Dentro do IFAP existe também programações voltadas aos alunos, relacionadas à prática de atividades esportivas. Apresentou a necessidade de aproveitamento de espaços públicos para a prática de esportes, para conversas, proporcionando momentos de descontração fora de casa. Sugeriu o incentivo de prática de vida saudável. Frisou o fato da pandemia de COVID-19 ter ocasionado o sedentarismo entre os jovens e a criação de espaços públicos para a prática de esportes poderia ser um meio de trazer esse jovem à prática de atividades esportivas. Aproveitou a oportunidade para afirmar a necessidade de um maior desenvolvimento tecnológico no município. Mencionou que a turma do IFAP desenvolve projetos tecnológicos que objetivam a diminuição da evasão escolar, muito presente por ocasião da pandemia. São desenvolvidos projetos na área de inteligência artificial, questões de meio ambiente, florestas e extração, que precisam de incentivos, para que não fiquem limitados ao IFAP, mas que possam abranger todo o Município. Salientou a importância da participação dos jovens no processo eleitoral que se avizinha, não só como eleitor, mas como mesário e fiscal. Por fim, informou que o seu anseio é que os jovens do Município de Laranjal do Jari tenham esses incentivos para uma maior participação na vida da comunidade.

5. Alanis Eduarda Monteiro Souza

A segunda representante do IFAP iniciou a fala com sua apresentação e incluiu às demandas assuntos relacionados à mobilidade urbana e infraestrutura em relação aos transportes públicos. Ressaltou que o transporte público do município carece de uma melhor eficiência e fiscalização, principalmente àqueles usuários deficientes físicos, não havendo acessibilidade nos transportes. Acrescentou que o IFAP possui projetos de melhoria dessa situação, mas que precisam incentivos para que sejam colocados em prática, refletindo, assim, na melhoria da prestação do serviço. Pontuou a importância da participação dos jovens no processo de melhoria do Município. Por fim, agradeceu pela oportunidade. O **Presidente** agradeceu a contribuição da aluna.

6. Hanna Elissa Nobre da Silva

A terceira representante do IFAP pontuou que sua demanda se refere aos tópicos de laser e melhoria da infraestrutura, direcionados aos portadores de deficiência. afirmou fazer parte de alguns projetos do IFAP, como o xadrez personalizado. O **Presidente** indagou se os alunos tinham representantes de turma e como era feita a escolha. A aluna **Hanna** respondeu que as turmas possuem representantes de turma que são escolhidos por votação, sem a utilização da urna eletrônica. O **Presidente**, então, sugeriu que na próxima eleição fossem disponibilizadas urnas eletrônicas para essa votação. afirmou que ele e o Juiz Paulo Madeira concluíram o Mestrado pela Universidade de Brasília, em parceria com o IFAP. Salientou a importância do Instituto para o contexto amapaense, que possibilitou esse convênio. Pontuou a importância de se fazer um processo de votação no IFAP, com todas as características de um processo eleitoral, como debates, pesquisas, propaganda eleitoral. Isso é cidadania. Ao final, devolveu a palavra a aluna Hanna. A aluna retomou seu raciocínio afirmando que o Município necessita de ações que promovam mais ações votadas às pessoas com deficiência. Exemplificou ações de yoga para pessoas com baixa mobilidade e natação para portadores de deficiência visual, além de tênis de mesa, o que beneficiaria muitos jovens que demonstram interesse na prática, mas não dispõe de lugares apropriados. Falou ainda da possibilidade do esporte tênis de mesa ser direcionado a pessoas com deficiência visual, com a utilização de equipamentos apropriados. Ao final, agradeceu a oportunidade de externar suas demandas. O **Presidente** afirmou que a demanda será encaminhada à Prefeitura de Laranjal do Jari e haverá um acompanhamento por parte do TRE. Sugeriu que os alunos também encaminhem suas demandas à Prefeitura. Convidou os alunos para participarem da Sessão Plenária Itinerante a ser realizada na tarde de hoje, para terem a noção de como se dá o julgamento e processos eleitorais. Voltou ao assunto de transporte nas eleições, afirmando que a responsabilidade do transporte de eleitores é do Juiz Eleitoral, porém o TRE-AP não possui meios necessários para levar esse transporte a todos os eleitores. Para tanto, faz-se necessária a parceria das Prefeituras, que possuem meios para esse acesso. Esta é uma das razões das visitas que estão sendo realizadas nos municípios, pontuar com os Prefeitos a necessidade do apoio. Ressaltou que o TRE disponibiliza os combustíveis e faz o pagamento aos colaboradores (pilotos de voadeira). Para dirimir dúvidas reafirmou que o transporte de eleitores é de responsabilidade da Justiça Eleitoral, com a necessária parceria das Prefeituras. Frisou que no dia de ontem foi realizada reunião com os Prefeitos de Laranjal do Jari e Vitória do Jari, para tratar desse assunto, que é considerado sensível. Exemplificou a ilha de Aruãs em Vitória do Jari, que precisa do apoio da Prefeitura para o transporte dos eleitores, pois a Justiça Eleitoral não possui barco para esse transporte. O **Presidente da Câmara Municipal** agradeceu a sugestão do Presidente quanto à realização de eleição de representantes de turma do IFAP, com a utilização da urna eletrônica. Acrescentou que na última Sessão Itinerante foi feita a solicitação de urnas eletrônicas, pedido esse que foi atendido e realizada a eleição de vereadores mirins, ocorrida nas escolas municipais, que contou com a participação de aproximadamente quatro mil crianças, que tiveram contato com a urna eletrônica. Acrescentou que no dia 10 será realizada a sessão de posse de treze vereadores mirins e treze suplentes, convidando a todos a participar. Mencionando a questão da participação feminina na política, afirmou que a maioria dos vereadores eleitos é constituída por meninas. O Des. **João Lages** agradeceu pela contribuição e mencionou o Projeto Eleitor do Futuro que é capitaneado pelo Juiz Paulo Madeira, pela Escola Judiciária Eleitoral, bem como pelos servidores Rinaldo e Zelina. Salientou a importância do Projeto para a escolha de representantes de turma, nos quais são inseridos todos os procedimentos de uma eleição oficial, inclusive com a questão da compra de votos. A Mestre de Cerimônia, prosseguindo com os trabalhos, apresentou a Sr^a Gleice Gomes Batista, representante da Associação Amigos do Esporte.

7. Gleice Gomes Batista

A Sr^a Gleice iniciou sua apresentação cumprimentando a todos os presentes e agradecendo a iniciativa do Tribunal na realização da audiência. Ressaltou a importância para a sociedade em ter suas demandas ouvidas e afirmou sua satisfação em poder contribuir. Solicitou que as ações da Justiça Eleitoral sejam realizadas nos bairros mais distantes de Laranjal do Jari, exemplificando o Assentamento Nazaré Mineiro, que possui grande demanda. Solicitou a participação da Justiça Federal em uma ação que reúna vários órgãos. afirmou que foi procurada por alguns pais que estão com problemas com o Registro de Nascimento de seus filhos, pois foram tirados em um antigo Cartório do Município e atualmente a numeração desses registros não tem validade. Em virtude disso, a POLITEC não está emitindo o RG. Solicitou a participação da Justiça Federal na ação para resolver essa demanda. Esclareceu que para regularizar a situação, os pais precisam pagar a emissão de novo Registro de Nascimento. Tratam-se de famílias que não possuem recursos financeiros para arcar com essa despesa. Exemplificou que existem moradores do Assentamento Nazaré Mineiro que não possuem nenhum documento, salientando a burocracia para a emissão. Acrescentou que

existem agricultores com idade para requerer aposentadoria e benefícios sociais, solicitando a participação na ação do INSS. Solicitou a participação da Justiça Eleitoral, com palestras voltadas aos jovens, capacitações na utilização da urna. Solicitou, ainda, verificar a possibilidade de o título ser emitido já plastificado. Agradeceu pela oportunidade e encerrou sua participação. O **Presidente** agradeceu pela contribuição, se comprometendo a realizar ação com todos os Órgãos, salientando que será realizada brevemente. Acrescentou que esteve no Assentamento Nazaré Mineiro e presenciou todo o esforço realizado por seus moradores. Fez votos para que na eleição no Assentamento seja escolhido representante que continue o bom trabalho que vem sendo realizado. A Sr.^a **Gleice** aproveitou a oportunidade e pediu uma salva de palmas ao TRE-AP, pela conquista do Selo Diamante do CNJ, consagrando-se o 2º melhor Tribunal do Brasil. O Juiz **Paulo Madeira** enfatizou que na emissão do Título Eleitoral é impresso um QR Code, que pode ser acessado pela câmera do celular e é gerado o Título Eletrônico, que é armazenado no celular. O **Presidente** agradeceu a manifestação da Sr.^a Gleice e afirmou que foi um grande desafio a conquista do Selo Diamante. Salientou que sua manifestação motiva a todos do Tribunal na busca de melhorias para a população. Acrescentou que é importante a confiança da sociedade na Justiça Eleitoral. Ressaltou que a população, através de suas reclamações e de suas observações, assume um papel importante na melhoria da prestação dos serviços.

8. Paola Gomes Batista

Iniciou sua fala saudando as autoridades e equipe do TRE presentes. Informou estar representando a Associação Amigos do Esporte e também é aluna do IFAP. Salientou que cresceu participando de projetos sociais e na prática de esportes e sua demanda é direcionada aos jovens, com ênfase nos projetos sociais. Solicitou políticas públicas voltada aos jovens, como palestras, esporte e primeiro emprego. Afirmou que a taxa de desemprego é muito alta, em virtude da dificuldade deles serem aproveitados no mercado de trabalho, após se formarem. Sugeriu a parceria com entidades públicas e provadas para aquisição de material esportivo. Solicitou a instalação de pontos digitais em áreas em que os jovens não possuem computador para os trabalhos escolares. Informou que no Assentamento Nazaré Mineiro foi implantado ponto digital com laboratório de informática o qual facilitou o acesso dos jovens para atividades estudantis. Porém, esclareceu que os demais bairros carecem desses pontos digitais, que acarretam dificuldade aos jovens nessas áreas. Solicitou capacitação para o jovem eleitor e cursos profissionalizantes. Em seguida, agradeceu a oportunidade e encerrou sua manifestação. O **Presidente** agradeceu a contribuição e afirmou que foram entregues três computadores novos no Assentamento Nazaré Mineiro. Para esclarecimentos, passou a palavra ao Diretor-Geral, que se posicionou afirmando que, além desses três computadores, será implantado o Ponto de Inclusão Digital, atendendo, assim, Resolução do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Esclareceu que a internet será providenciada pela associação, devendo haver contrapartida. Na sequência, a **Mestre de Cerimônia** apresentou o Sr. Jorge da Silva Nunes e a Sr.^a Vadoca, da Associação dos Moradores do Bairro Sarney.

9. Jorge da Silva Nunes

Cumprimentou a todos que compõem a mesa e as autoridades municipais, nas pessoas do Prefeito, Presidente da Câmara e Vereadores que se encontram no evento. Agradeceu pela oportunidade de poder externar suas demandas. Fez um agradecimento especial aos servidores da EJE, nas pessoas da Juíza Ariadne, da servidora Zelina e do servidor Heverton. Afirmou que as eleições no município vêm sendo realizadas em um clima de tranquilidade, parabenizando a condução dos trabalhos pelo TRE. Salientou que sua demanda é direcionada à Empresa CSA e acrescentou que outras audiências públicas foram realizadas sobre o assunto, mas não surtiram o efeito esperado, mas acredita na atuação do Des. Lages na resolução dos problemas. O problema consiste na atuação da Empresa CSA, que vem adentrando as casas que possuem poço, para fazer a taxação, sendo que o poço foi feito através de Emenda Parlamentar da então parlamentar, Sr.^a Fátima Pelaes. Reclamou que o custo com o material usado no poço não saiu dos cofres da CSA. Acrescentou que houve ameaça de representantes da Empresa, que informaram que iriam cortar os canos da bomba, caso não houvesse o pagamento da taxa. Afirmou que tanto ele como sua esposa não possuem emprego, não sendo possível arcar com a despesa. Atualmente são amparados pelos filhos. Exemplificou a situação do Sr. Aldemir, morador da região, que fez o acordo com a empresa, pagando todas as taxas e obteve a isenção dos juros, que foram, para sua surpresa, cobrados posteriormente. Procurou a Defensoria Pública e foi orientado a pagar para posteriormente entrar com a ação. Reclamou sobre a alegação da empresa de que o fornecimento de água se dá por vinte e quatro horas, para quem tem caixa d'água, mas a maioria da população não possui. Acrescentou que a Empresa sugeriu uma contrapartida que se daria através da montagem de academia e de um centro comunitário, o que não ocorreu. Solicitou a ajuda do Poder Público direcionada aos jovens, nos mesmos moldes disponibilizados aos alunos do IFAP, com esporte e laser, para que se evite a ociosidade dessa população, que vem consumindo cada vez mais bebidas alcoólicas e drogas. Mencionou que há muitas famílias que passam necessidades no Município, mas as notícias do Prefeito sobre a Empresa Jari Celulose trazem uma esperança de que a situação melhore. Reclamou que na última ação social da Prefeitura seu cadastro não foi aceito, trazendo angústia para ele e sua família. Em seguida, passou a palavra a Sr.^a Vadoca, para manifestação. A Sr.^a **Vadoca** agradeceu a iniciativa do Tribunal em abrir espaço para que a população possa externar suas dificuldades e criticou a leis que só trazem prejuízos à população carente. Afirmou ser também moradora do Bairro Sarney. Disse que chegou ao Bairro no ano de 2000 e que em 2001 foi realizada manifestação, pois não havia água ou rede elétrica. A Deputada Fátima Pelaes resolveu a situação com a construção dos poços, que hoje tornaram-se problema, em virtude da atitude da Empresa CSA. Acrescentou que as despesas com a manutenção dos poços são de responsabilidade da população. Afirmou que boa parte da comunidade está desempregada e sem dinheiro e água, depois de tanta luta. Reclamou que as contas de água chegam no início do mês e grande parte da população depende de benefícios do governo, que são pagos no final do período. Emocionada, informou que tomou conhecimento da situação de uma família carente que teve a água cortada. Recebeu um áudio do filho dessa família, que não mora em Laranjal, pedindo ajuda para sua mãe. O **Presidente**, sensibilizado com as manifestações do Sr. Jorge e da D. Vadoca, afirmou que a demanda será encaminhada, ressaltando ser inadmissível e desumano uma pessoa ser privada do fornecimento de água.

10. Arão Souza Mineiro

Começou sua manifestação se dizendo honrado por ouvir em várias oportunidades o nome de sua mãe, Maria de Nazaré Souza Mineiro. Esclareceu que Nazaré Mineiro foi uma mulher que foi brutalmente assassinada na construção do bairro. Informou que sua demanda também se relaciona à questão da água, que não é fornecida a 80% do bairro. As pessoas cavam poços e percebem que a água é contaminada com ferro, impróprias para o consumo. Há a necessidade de construção de dois poços artesanais para fornecimento de água para o assentamento. Solicitou o abastecimento de água no Ramal da Castanheira. Solicitou a coleta de lixo nas bocas de ramais que não é realizado. Pediu ainda o asfaltamento do bairro, que sofre com as chuvas que trazem areia, prejudicando o acesso da população. Solicitou o asfaltamento ou, no mínimo, bloquetes. Esclareceu que o assentamento melhorou nos últimos oito anos, mas que precisa melhorar em alguns pontos. Ao final, agradeceu o empenho do Prefeito Márcio Serrão.

11. Eunice Minero de Sousa

Esclareceu que é Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Laranjal do Jari. Apresentou como demandas a regularização fundiária, que beneficiaria uma parcela considerável da população, que hoje sofre com a dificuldade de conseguir financiamento para projetos. Tal regularização asseguraria a dignidade de dizer que é agricultor perante a Previdência Social, assegurando benefícios, bem como a aposentadoria. Afirmou ser muito difícil para o agricultor familiar emitir o documento de sua terra, em virtude dos custos envolvidos. Esclareceu que houve processo de regularização fundiária, quando da criação do Assentamento Nazaré Mineiro, que ocorreu depois de reivindicação popular, que acarretou com a morte da Sr.^a Nazaré Mineiro, sua avó. Ressaltou que Nazaré Mineiro não é apenas um bairro, mas a identidade de uma mulher que lutou por um objetivo comum a todos. Esclareceu que o município possui muitas reservas e número considerável de agricultores que trabalham ao redor delas, que não recebem o mesmo tratamento dos extrativistas, que são assistidos pelo ICM-Bio e IBAMA. Frisou que deveria haver um maior empenho dos Poderes Executivo e Legislativo na solução do problema. Adicionou às demandas a falta de assistência técnica de qualidade para agricultoras e agricultores, que poderia ser ofertada pelo RURAP. Outra demanda apresentada é voltada à dignidade do trabalho das pessoas que vivem ao redor das reservas, que enfrentam dificuldade para produzir, em virtude das leis ambientais, que proíbem o desmatamento. Asseverou que agricultor que quer produzir precisa desmatar e para isso precisa de máquinas especializadas para o correto manejo da terra, o que esbarra na questão financeira as famílias. Afirmou que o ideal seria um equilíbrio entre preservação e produção agrícola, pois não há como preparar o solo para a agricultura sem que haja desmatamento. Sugeriu uma audiência pública com o ICM-Bio e IBAMA, para tentar chegar a uma solução para o problema e a um consenso entre agricultura e preservação ambiental. Para esta demanda, o **Presidente** esclareceu que o Tribunal de Justiça possui o Programa Moradia Legal, que trata da questão da regularização fundiária de imóveis urbanos. A demanda será encaminhada para a solução do problema, tanto para quem reside no Assentamento Nazaré Mineiro, mas também no Bairro Sarney, havendo a necessidade de um georreferenciamento, nos mesmos moldes do que foi realizado pelo Prefeito Bruno Mineiro, em Tartaugalzinho. Será verificada a responsabilidade pelos assentamentos, para analisar a questão do manejo florestal, desmatamento, dentre outros. Afirmou que os assentamentos deveriam ser melhor planejados. O ideal seria estabelecer o colono na terra e dar a ele o suporte necessário para produção e o escoamento desta.

Na sequência, a **Mestre de Cerimônia** convidou o Excelentíssimo Senhor Prefeito para posicionar-se à frente da mesa, para efetuar a entrega ao Excelentíssimo Senhor Presidente do TRE-AP, do Título Definitivo de Domínio de Bem Imóvel do Cartório da 7ª Zona Eleitoral, sediado no Município de Laranjal do Jari. O Cartório foi inaugurado no dia 13 de julho de 2004, mas não estava regularizado. Esta era uma demanda da Superintendência do Patrimônio da União. O **Presidente** agradeceu o empenho do Prefeito Márcio Serrão, Vereadores e servidores municipais para resolver a demanda da regularização do imóvel do Cartório. Informou que acredita que as demandas aqui apresentadas serão resolvidas em quase toda sua totalidade. Na oportunidade, passou a palavra ao Prefeito, que afirmou que o objetivo da audiência foi cumprido, no sentido de abrir à população a oportunidade de externar sus ideias, que servem para a melhoria da prestação de serviço ou a criação de novos. Em seguida o Presidente passou a palavra à Mestre de Cerimônia. A Mestre de Cerimônia agradeceu a presença de todos e os convidou a se fazerem presentes à Sessão Plenária Itinerante, agendada para as 15h, também na Câmara Municipal de Laranjal do Jari. Em seguida, foi declarada encerrada a Audiência Pública.



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO GUILHERME LAGES MENDES, Presidente**, em 24/04/2024, às 18:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ap.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0827341** e o código CRC **39A75DC1**.